

Principais Julgados Jurisprudência do Tribunal Federal de Recursos*

Ação de Expropriação. Dúvida quanto ao registro, em nome da autarquia expropriante, de imóvel que lhe serve de objeto. Objeção fundada na existência de registro superveniente, em nome de quem não figura da relação processual. Ilegitimidade. Sendo indubitoso que o imóvel em apreço foi abrangido na expropriação, não há como impedir-se o seu registro em nome da expropriante, sendo irrelevante que haja ele mudado de mão, senão para o efeito de discutir-se o valor e o destino da indenização devida, matéria própria do âmbito da expropriatória. Apelação desprovida. AC 150.192-RJ. (RTFR 164/243).

Ação de Expropriação. NUCLEBRÁS. Desistência honorários advocatícios e do assistente técnico. Juros compensatórios. Ilegitimidade dos expropriados para pugnam pela elevação dos honorários de assistente técnico. Impossibilidade da pronta condenação da expropriante em juros compensatórios, a título de perdas e danos, em razão de a desistência haver sido manifestada antes da fixação do justo preço do imóvel. Honorários advocatícios que se elevam à taxa de 15% do valor da causa. Apelação parcialmente provida. AC 130.279-SP. (RTFR 152/221).

Administrativo. Militar inativo. Pretendida promoção calcada na EC nº 26/85. Ilegitimidade. Inaplicabilidade do diploma em tela a militares que não foram punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares. Precedentes do TFR. Segurança denegada. MS 131.183-DF. (RTFR 158/373).

Conselho Nacional do Cinema - CONCINE. Atribuições. Aplicação de penalidades. Videocassetes. Inexiste, na legislação alusiva às atividades cinematográficas, penalidade expressamente prevista para a transgressão de resoluções administrativas que disciplinam a gravação de videocassetes, descabendo, por outro lado, no caso, a aplicação analógica de legislação disciplinar que contempla atividade conexa. Sentença confirmada. REO 107.111-RJ. (RTFR 138/391).

Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Autuação de empregador, por infração à norma do artigo 168. Procedimento fiscal instaurado sem observância de formalidade essencial. De acordo com o disposto na Portaria nº 3.165/82 do Ministério do Trabalho, regulamentadora da ação dos fiscais do trabalho, a autuação, no caso em tela, deveria iniciar-se com a notificação do empregador para apresentar, no prazo de 2 a 8 dias, a prova do cumprimento da exigência prevista no dispositivo indicado, da legislação consolidada, o que não se verificou. Apelação desprovida. AC 116.171-RJ. (RTFR 165/155).

* Processos em que o Exmo. Sr. Ministro **Ilmar Galvão** atuou como Relator.

Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e no STJ

Desapropriação Amigável. Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER. Acordo que, conquanto devidamente homologado, não foi integralmente cumprido pelo expropriante. Indenização judicialmente depositada quase dois anos após, sem a devida correção monetária. Sentença ulterior que, nos mesmos autos, diante de mero requerimento dos expropriados, condenou o expropriante ao pagamento do saldo devedor. Ilegitimidade. Decretação da nulidade da sentença, com ressalva do direito, que cabe aos expropriados, de pleitearem, pelo meio adequado, a complementação do pagamento. AC 153.539-PE. (RTFR 165/209).

Desapropriação. Liquidação. Atualizações sucessivas. “*Em desapropriação é devida a correção monetária até a data do efetivo pagamento da indenização, devendo proceder-se à atualização do cálculo, ainda que por mais de uma vez*” (Súmula nº 561 do STF). Apelação desprovida. AC 119.803-MG. (RTFR 162/183).

Direito Civil e Processual Civil. Ação de consignação em pagamento. Mutuário do Sistema Financeiro da Habitação. Inviabilidade jurídica da pretensão por eles manifestada, no sentido de exonerarem-se da obrigação contratual, resultante do contrato de financiamento, mediante a entrega do imóvel financiado. Verdadeira dação em pagamento que, entretanto, para produzir efeito liberatório, dependeria da aceitação da entidade credora, no caso não verificada. Apelação provida. AC 109.759-RS. (RTFR 146/191).

Embargos de Terceiro. Execução Fiscal. Penhora em bens de sócio que não fora citado para a execução. Formalidade posteriormente atendida. Circunstância que fez esfumar-se o interesse processual dos Embargantes, os quais todavia, têm direito à devolução de prazo para embargos de devedor, bem como ao reembolso das custas e dos honorários advocatícios, face ao caráter de sucumbência que ressumbra dos fatos processuais apontados. Apelação parcialmente provida. AC 135.813-MG. (RTFR 156/249).

Execução Extrajudicial. Decreto-Lei nº 70/66. Inconstitucionalidade. Leilão. Predomina neste Tribunal o entendimento de que não há incompatibilidade entre a execução do diploma legal em referência e a Constituição Federal. Ação de rescisão do contrato de financiamento, sequer comunicada ao credor ou ao agente fiduciário encarregado da execução, não tem o efeito de suspender o curso desta. Ausência de óbice legal a que o leilão, no procedimento sob enfoque, se faça por meio de leiloeiro oficial. Apelação provida. AC 148.231-SC. (RTFR 161/193).

Execução Fiscal. Comissão de 8% atribuída a serventuário da Justiça. Ilegalidade de tal exigência, a teor do disposto no art. 196 da Carta Magna. Agravo improvido. Ag 49.099-RS. (RTFR 137/15).

Execução Fiscal. Comprovação, nos autos dos embargos, de pagamento de parte do débito ocorrido antes do ajuizamento da execução. Substituição da certidão. Efeitos. O recolhimento, por parte do exequente, de que parte da dívida estava paga quando do ajuizamento da execução, que se infere da substituição do título, operada em razão

dos embargos opostos, induz sucumbência, justificando a condenação do exequente no reembolso das custas e em honorários. AC 102.279-RJ. (RTFR 135/227).

Execução Fiscal. Contribuições previdenciárias. Embargos. Duplicidade de lançamento. Revelando a perícia que, pelo menos, parte dos valores alusivos a salários de empregado foi objeto de duplo levantamento e lançamento, perde o título exequendo a sua liquidez e certeza, tornando-se imprestável para fundamentar a execução fiscal. Apelação desprovida. AC 85.856-SP. (RTFR 137/109).

Execução Fiscal. Contribuições previdenciárias. Prefeitura Municipal. Embargos. Legitimidade. Prefeitura Municipal e Município são expressões que, na prática se equivalem para designar as circunscrições territoriais autônomas em que se dividem as unidades federativas. O uso da primeira pela segunda não constitui irregularidade capaz de invalidar o processo. Sentença que se confirma. REO 110.245-GO. (RTFR 139/394).

Execução Fiscal. Embargos de devedor. Extinção da quase totalidade do débito exequendo, por meio de pagamento, reconhecida pelo exequente após haverem sido rejeitados os embargos do devedor. Prosseguimento da execução pelo restante, independentemente da substituição do título, providência incabível após a sentença de primeira instância (art. 2º, § 8º, da Lei nº 6.830/80), sem oportunidade para novos embargos. Apelação desprovida. AC 151.317-SP. (RTFR 164/245).

Execução Fiscal. Embargos. IAPAS. Terceiro responsável pela dívida. Prova dessa condição. Incumbe ao exequente a prova da condição de terceiro responsável, se a indicação feita nesse sentido foi repelida pela pessoa apontada. Apelação desprovida. AC 147.715-SP. (RTFR 160/193).

Execução Fiscal. FGTS. Embargos. Legitimidade ativa do IAPAS. Prescrição quinquenal não verificada. Empregados vinculados à executada. A ilegitimidade do IAPAS para exigir o pagamento das mencionadas contribuições é incontestável, face à norma do art. 20, da Lei nº 5.107/66, que não perdeu a sua eficácia com a extinção do BNH. A prescrição bienal, por outro lado, é inaplicável à espécie, sendo certo que a quinquenal não se verificou. Por fim, não logrou a empresa demonstrar que os empregados não se achavam a ela vinculados. Apelação desprovida. AC 135.677-SP. (RTFR 157/281).

Execução Fiscal. FGTS. Ex-quotista de empresa falida. Decadência. Prescrição. I - Considera-se responsável, em substituição pelo débito fiscal da sociedade, o ex-quotista da devedora falida, que se limitou a alegar dever a execução dirigir-se contra a massa da falência, sem demonstrar que tem ela condições de responder pelo débito. II - A prescrição não pode ser pronunciada de ofício, em lugar da arguida decadência, não verificada. III - Provimento da apelação, para julgar improcedentes os embargos, invertidos os ônus da sucumbência. AC 107.070-AM. (RTFR 135/241).

Execução Fiscal. IAPAS x Municipalidade. Contribuições que foram objeto de parcelamento, quando já atingidas pela decadência. Circunstância que invalida o

Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e no STJ

acordo celebrado pelas partes, não se prestando para embasar execução. Apelação desprovida. AC 148.117-SP. (RTFR 165/199).

Execução Fiscal. IAPAS. Acordo de parcelamento não cumprido. Exigência não apenas do saldo devedor, mas também de parcelas que se achavam suspensas, por efeito da Lei nº 7.186/84. Legitimidade. Consequência do inadimplemento, conforme previsto no termo de acordo (cláusulas 4º e 7º), é o pagamento não apenas do saldo devedor, mas também das verbas juros de mora e multa) que se achavam suspensos em razão do parcelamento. Apelação desprovida. AC 136.075-SP. (RTFR 157/287).

Execução Fiscal. IAPAS. Exceção de Prescrição oposta a destempo, por devedor que não embargou a execução. Caso em que não poderia ser apreciada, face à preclusão processual verificada. Trata-se de direito pessoal suscetível de renúncia, expressa ou tácita, configurando-se essa pelo só fato de não ser alegada parte interessada, no momento processual próprio, no caso, os embargos de devedor, acrescendo que nas execuções não embargadas, à falta de decisão, não há lugar para a instância recursal que reabriria ensejo para a mencionada exceção. Apelação provida. AC 109.780-SP. (RTFR 149/165).

Execução Fiscal. Imposto de Renda. Embargos. Integralização de quota de capital mediante incorporação de imóveis. A empresa dedica-se a construção e comercialização de imóveis. O mencionado ato, por configurar alienação de imóveis, tem o efeito de equiparar o sócio à empresa individual, para fins de Imposto de Renda (artigo 101, I, c.c. o art. 100, § 3º, do RIR/75). Apelação desprovida. AC 91.761-SP. (RTFR 144/121).

Execução Fiscal. IPI. Lançamento efetuado com base em declaração do contribuinte. Erro posteriormente verificado na mencionada declaração. Embargos. Encontrando-se cabalmente comprovado nos autos que a declaração de IPI se ressentia de erro verificado na apuração do quantum devido, é de ser tida por incensurável a sentença que anulou a execução fiscal. Sentença confirmada. REO 111.223-SP. (RTFR 153/427).

Execução Fiscal. Terceiro responsável pela dívida. Prova dessa condição. I - Desnecessário que o nome do terceiro responsável pelo débito fiscal conste da certidão de dívida ativa, para que, contra ele, tenha prosseguimento a execução. II - Incumbe ao exequente a prova da condição de terceiro responsável, se a indicação feita nesse sentido foi repelida pela pessoa apontada. III - Sentença mantida. REO 106.879-PE. (RTFR 135/447).

Execução Fiscal. Verba honorária. Fixação de plano. Limites. Em se tratando de execução por título extrajudicial, é recomendável a fixação, *ab initio*, da verba honorária, para a hipótese de pretender o executado, desde logo, efetuar o pagamento da dívida. No entanto, o Magistrado não está adstrito aos limites do art. 20, § 3º, do CPC, nem vinculado ao percentual pedido na inicial. No caso, o arbitramento foi justo. Agravo desprovido. Ag 51.085-RS. (RTFR 144/13).

Execução Hipotecária. Lei nº 5.741/71. Agravo. Pedido de remição indeferido por intempestivo. Caso em que a intempestividade não se verificou, eis que manifestado o pedido antes da assinatura do auto de arrematação, momento que deve ser considerado como *terminus ad quem* do prazo do artigo 788 do CPC. Agravo provido. Ag 56.141-SP. (RTFR 164/67).

Executivo Fiscal. FGTS. Pagamentos efetuados pela empresa diretamente a ex-empregados, devidamente excluídos da execução. Ônus da sucumbência exclusivamente a cargo da executada. Juros de mora devidos desde o vencimento. Havendo os ditos pagamentos sido efetuados sem comunicação ao Exequente, não há como atribuir a este parcela dos ônus da sucumbência. Apurado, pela perícia, o saldo devedor devidamente especificado, em torno dele prosseguirá a execução, incidindo juros de mora desde o respectivo vencimento. Apelação da Embargante desprovida. Apelação do IAPAS parcialmente provida. AC 142.624-RJ. (RTFR 164/229).

Executivo Fiscal. IPI. Embargos. Empacotamento de sabão feito por meio de sacos plásticos, desprovidos de rótulos, previamente realizado em estabelecimento de auto-serviço. Não pode ser assimilado a processo de industrialização, correspondendo, ao revés, à necessidade ligada ao transporte da mercadoria, pelo consumidor, de molde a não entrar em contato com gêneros alimentícios, predominantes no supermercado. Apelação provida. AC 64.843-RJ. (RTFR 139/103).

Expropriatória Indireta. Direitos possessórios. Processo extinto à consideração da ocorrência de coisa julgada, contrariada na apelação pelo autor, que não foi ouvido sobre o óbice processual. Divergência insuscetível de ser afastada senão por meio de perícia. Sentença que, diante dessas circunstâncias, é de ser anulada, a fim de que outra seja proferida após a realização da diligência. Apelação provida. AC 135.910-SC. (RTFR 157/283).

Expropriatória Indireta. DNER. Indenização acertadamente fixada com base no laudo pericial. Juros compensatórios a serem calculados na forma prevista na Súmula nº 74. Honorários advocatícios e periciais. Indenização acertadamente fixada com base no laudo do perito, cujas conclusões não foram abaladas pelo Expropriante em suas razões de recurso, levando ainda a vantagem de ter sido elaborado por técnico que goza da presunção de imparcialidade. Juros compensatórios a serem calculados de acordo com a regra consubstanciada na Súmula nº 74 do TFR. Honorários advocatícios arbitrados em taxa razoável, em face do valor da causa e da regra dos §§ 3º e 4º do art. 20 do CPC. Honorários periciais sujeitos à correção monetária, como previsto na Lei nº 6.899/81. Apelação desprovida. AC 147.260-MG. (RTFR 159/183).

Expropriatória Indireta. Posse que teria sido ofendida pelo DNER, quando da construção da BR-101. Trancamento do processo. Ilegitimidade. Presentes na inicial não apenas a *causa petendi*, mas também o protesto pelas provas aptas à sua demonstração, não poderia o processo ser abruptamente trancado sem que se

Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e no STJ

ensejasse à Autora a oportunidade de especificar e produzir as ditas provas. Ademais, não poderia ser reconhecida pela sentença prescrição não cabalmente demonstrada e sem que sobre a exceção houvesse sido ouvida a Autora. Apelação provida. AC 135.957-SC. (RTFR 157/285).

Imposto de Importação. Correção monetária. Taxa de Câmbio a considerar-se para efeito de conversão do valor da mercadoria tributada. A correção monetária dos créditos fiscais é contada a partir do vencimento da dívida. No caso de mercadoria que consta como tendo sido importada e cuja falta foi apurada pela autoridade aduaneira, considera-se como ocorrido o fato gerador do Imposto de Importação no momento da apuração da falta, sendo conciliáveis as disposições do art. 19 do CTN com as do art. 23, parágrafo único, do Decreto-Lei nº 37/66 (Súmula nº 4 do TFR). Provida a apelação da ré e improvida a da autora. AC 89.033-RJ. (RTFR 144/97).

Imposto de Renda. Remessas para o exterior. Acordo Brasil/Alemanha (Decreto nº 76.988/76). Ilegitimidade da pretendida taxa reduzida, por não configurar pagamento de *royalties*, como previsto no mencionado documento, a remuneração pelo trabalho de montagem de fábrica, feito sem qualquer transferência de conhecimento. Descaracterizado, igualmente, no caso, o pagamento de juros, à falta de comprovação do contrato de financiamento. Apelação desprovida. AC 67.495-DF. (RTFR 140/59).

Imposto sobre Produtos Industrializados. Cancelamento de notas fiscais. Requisitos. Efeitos. A inobservância de requisitos regulamentares atinentes ao cancelamento de notas fiscais, por não constituir fato gerador do tributo, não autoriza a exigência do IPI. Constitui mero indício de sonegação, o qual, todavia, não foi corroborado pela prova pericial, que concluiu peremptoriamente em sentido contrário. Apelação desprovida. AC 46.718-RJ. (RTFR 139/75).

Imposto sobre Produtos Industrializados. É ilegal a reclassificação de produtos, para majoração de alíquota, que contraria laudo técnico fornecido ao fisco pelo Instituto Nacional de Tecnologia, sobre o assunto (art. 41 da Lei nº 4.153/62). AC 55.361-MG. (RTFR 134/53).

Imposto sobre Produtos Industrializados. Mercadoria que resultou imprestável, em razão de acidente verificado com o veículo transportador. Dano coberto por segurador que, a título de credor sub-rogado, postula do erário o reembolso do valor correspondente ao imposto recolhido. Legitimidade que não se reconhece, por não configurado o *indebitum*, já que o fato gerador, de natureza instantânea, se verificou com a saída da mercadoria do estabelecimento produtor, sem possibilidade, no caso, de a ele retornar para nova saída tributada. AC 43.764-RJ. (RTFR 139/69).

Mandado de Segurança. Ato judicial. Processo de execução. Arrematação. Incabível o Mandado de Segurança que visa tornar sem efeito arrematação que não foi regularmente embargada. Questão que, ademais, exige a realização de prova pericial, inoportável no procedimento do *writ*. Impetração não conhecida. MS 108.677-SP. (RTFR 137/379).

Mandado de Segurança. Ato praticado por agente diverso do apontado, domiciliado em outra unidade federativa, embora vinculado à mesma entidade pública. Impropriedade a ser corrigida mediante o reconhecimento da incompetência, com remessa dos autos ao Juízo competente. Relação processual de que figura como parte passiva, não a autoridade coatora, mas o ente público, a que está ela vinculada. Apelação parcialmente provida. AMS 113.427-SP. (RTFR 159/289).

Mandado de Segurança. Ausência de alegada ilegalidade. Denegação. Ilegitimidade da pretensão do impetrante, de ver-se mantido na posse dos bens arrematados enquanto se processa o Agravo de Instrumento por ele interposto contra decisão anulatória da licitação, tendo em vista encontrar-se devidamente esclarecido nos autos que os citados bens nunca lhe foram entregues. Alteração da verdade dos fatos configuradora do litigante de má-fé, na forma do art. 17, II, do CPC, que o sujeita a indenizar à exequente os prejuízos que esta houver sofrido em decorrência da impetração. Ordem denegada. MS 114.497-SP. (RTFR 147/307).

Mandado de Segurança. Auto de infração. Art. 630, §§ 3º e 4º, da CLT. Não configura violação aos referidos dispositivos legais a não exibição, pela empresa, de documento inexistente em seus arquivos, principalmente quando tal documento não se relaciona com a proteção ao trabalho, sendo de interesse particular de sindicato de classe. Apelação provida. AMS 88.094-SP. (RTFR 138/253).

Mandado de Segurança. Matrícula no XI Curso de Formação Profissional de Delegado de Polícia. Aluno que, conquanto matriculado em caráter provisório, por força de liminar, deixou de comparecer ao curso, acumulando faltas que superam o limite máximo permitido. Comportamento que pode ser interpretado como manifesto desinteresse pelo curso em tela, do qual, já agora, está o impetrante impossibilitado de participar. Impetração considerada prejudicada. MS 119.345-DF. (RTFR 153/397).

Previdenciário. Contribuições calculadas sobre salários pagos a servidores remunerados mediante recibo. Legitimidade. Pacífico é o entendimento de que são considerados empregados, para os fins legais, os prestadores de serviços remunerados mediante recibo, desde que configurados os caracteres de continuidade e de subordinação. Legítima a exigência de contribuições previdenciárias sobre a remuneração que lhes é paga pelo poder público. Apelação desprovida. AC 104.257-RJ. (RTFR 137/237).

Processual Civil. Ação de indenização. *Replus petitur*. Indemonstrado que no caso ocorreu má-fé de parte da administração, ao ajuizar execução fiscal por dívida já paga, não há falar-se nas sanções do art. 1.531 do Código Civil. Apelação desprovida. AC 76.145-RS. (RTFR 143/53).

Processual Civil. Alçada. O disposto no artigo 4º da Lei nº 6.825/80, combinado com o artigo 34 da Lei nº 6.830/80, é aplicável às sentenças proferidas por Juiz Estadual, no exercício da função prevista no art. 126 da Constituição Federal. Agravo desprovido. Ag 56.044-SP. (RTFR 158/55).

Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e no STJ

Processual Civil. Apelação recebida como embargos infringentes. Incidente de impugnação ao valor da causa ainda pendente de solução. Ilegitimidade. Antes de ultimado o curso do incidente apontado, não há como emitir-se juízo sobre o cabimento ou não da apelação interposta. Agravo parcialmente provido. Ag 52.805-DF. (RTFR 159/35).

Processual Civil. Apelação. Intimação. Deserção. Quando da mesma procuração consta o nome de vários advogados, basta que a intimação seja feita a um deles. De outro lado, se da publicação figura o nome da parte principal, seguido da expressão “e outros”, a intimação vale. Deserção decretada em termos juridicamente certos. Agravo desprovido. Ag 50.544-PR. (RTFR 146/43).

Processual Civil. Arrematação. Invalidação. Pode ser pleiteada, entre outros meios, por via de ação comum, proposta perante o Juízo da execução. Precedentes do STF e TFR. Apelação provida. AC 90.642-PR. (RTFR 146/143).

Processual Civil. Competência de foro. Prorrogação que opera na ausência de exceção declinatória. Autarquia Federal. Inaplicável à hipótese a regra do art. 125, § 2º, da Constituição Federal, de incidência restrita às ações em que a União figura como parte. Exceção declinatória a ser manifestada na forma prevista no art. 112 do CPC. Agravo desprovido. Ag 53.868-RJ. (RTFR 151/45).

Processual Civil. Contrato de Compra e Venda da casa própria. Competência. Foro de Eleição. CPC, art. 94, § 4º. A cláusula de eleição de foro, quando inserta em contrato de adesão, não pode ser considerada, quando na prática significa o fechamento das portas do Poder Judiciário à parte aderente, no caso, mero mutuário do Sistema Financeiro da Habitação, a braços com o problema do reajustamento das prestações da casa própria em bases superiores ao percentual do aumento salarial obtido e, conseqüentemente, sem meios para ir litigar no foro eleito, situado na Capital de outro Estado, seja, no foro de seu poderoso credor, o qual, de resto, também tem domicílio na praça do imóvel financiado. Agravo desprovido. Ag 50.793-PR. (RTFR 146/47).

Processual Civil. Contrato de financiamento da casa própria. Execução. Embargos dos executados fundados na alegação de que cabe ao FIEL (Fundo para Pagamento de Prestações em Caso de Perda de Renda por Desemprego e Invalidez Temporária), instituído pelo BNH, responder, no caso, pelas prestações em atraso. Caso em que se torna necessária a citação do BNH, para integrar a relação processual, como litisconsorte necessário, sob pena de ineficácia da sentença. Nulidade do processo que se declara, a partir do despacho designatório da audiência. AC 65.481-SP. (RTFR 136/57).

Processual Civil. Desapropriação Indireta. Competência. Na desapropriação indireta, que tem natureza de ação real, prevalece, para o seu processo e julgamento, o *forum rei sitae*, na forma do artigo 95 do CPC. Agravo desprovido. Ag 56.058-RN. (RTFR 158/57).



Processual Civil. Embargos à execução. Petição inicial. Incabível, diante do nosso sistema jurídico-processual, o indeferimento da inicial antes que se possibilite aos interessados promover as emendas e esclarecimentos julgados necessários (art. 284 do CPC). Apelação provida em parte. AC 68.929-MT. (RTFR 136/85).

Processual Civil. Embargos de Declaração. Erro de fato. Anulação de Acórdão. Admissibilidade. Admissível a anulação, através de embargos de declaração, de acórdão proferido com evidente erro de fato. Precedentes deste Tribunal e do Supremo Tribunal Federal. Embargos recebidos. EDclAC 125.291-PR. (RTFR 151/201).

Processual Civil. Embargos do devedor pela Fazenda Pública. Prazo. Tratando-se de execução contra a Fazenda Pública, é de 30 dias o prazo para oferecimento dos embargos, tal como previsto no art. 16 da Lei nº 6.830/80. Embargos infringentes rejeitados. EIAC 112.799-SP. (RTFR 156/197).

Processual Civil. Embargos infringentes (Lei nº 6.825/80, artigo 4º). Fazenda Pública. Prazo em dobro para recorrer. CPC, artigo 188. A Fazenda Pública faz jus ao prazo em dobro para opor embargos infringentes do julgado, de que cuida o art. 4º da Lei nº 6.825/80. Agravo provido. Ag 50.056-RJ. (RTFR 159/25).

Processual Civil. Exclusão de parte. Mandado de Segurança. Competência. I - A decisão que deu pela ilegitimidade *ad causam*, se não recorrida, faz coisa julgada. II - No Mandado de Segurança o Juízo competente é o da sede da autoridade coatora. III - Agravo improvido. Ag 48.855-RJ. (RTFR 134/35).

Processual Civil. Execução fiscal de devedor falido. Adjudicação dos bens. Não se defere adjudicação de bens em execução fiscal promovida contra devedor falido, que tem entre seus credores, comprovadamente, ex-empregados (CTN, art. 186). Agravo desprovido. Ag 48.481-SP. (RTFR 133/57).

Processual Civil. Execução fiscal de devedor falido. Adjudicação dos bens. Não se defere adjudicação de bens em execução fiscal promovida contra devedor falido, que tem entre seus credores, comprovadamente, ex-empregados (CTN, art. 186). Agravo desprovido. Ag 48.482-SP. (RTFR 134/31).

Processual Civil. Execução fiscal. Bens levados a segundo leilão sem licitantes e sem que houvesse pedido de adjudicação. Remoção inócua. É de indeferir-se requerimento de remoção de bens que não encontraram licitantes nas duas praças realizadas, nem foram adjudicados, mormente quando se trata de máquina industrial em funcionamento, não se tendo sequer alegado que a frustração da praça se deu por embaraços do devedor depositário. Ag 47.936-SP. (RTFR 133/51).

Processual Civil. Execução Fiscal. Cálculo de débito efetuado pela DATAPREV. Impugnação. Legitimidade de sua pretendida revisão pelo Contador do Juízo, como meio necessário à verificação e eliminação de possíveis erros de programação. Cálculo que, por sua simplicidade, dispensa perícia. Agravo provido. Ag 53.719-RJ. (RTFR 151/43).

Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e no STJ

Processual Civil. Execução fiscal. Citação por edital. Não sendo localizados nem o devedor nem bens arrestáveis, é cabível a citação por edital (arts. 8º, IV, e 40 da Lei nº 6.830/80). Precedentes do STF e do TFR. Agravo provido. Ag 47.685-GO. (RTFR 142/189).

Processual Civil. Execução fiscal. FGTS. Extinção do BNH. Irrelevância do fato diante das execuções em referência. A substituição do BNH pela CEF na gestão do FGTS não alterou o art. 20, da Lei nº 5.107/66, que incumbiu ao IAPAS a fiscalização dos depósitos vinculados ao mencionado Fundo e o legitimou extraordinariamente para as execuções fiscais dos respectivos créditos. Apelação provida. AC 133.769-DF. (RTFR 153/247).

Processual Civil. Execução hipotecária. Contrato de financiamento de imóvel integrante de prédio de unidades autônomas. Embargos fundados em ausência de culpa pela interrupção do pagamento das parcelas. Caso em que o sucesso do investimento imobiliário não constituiu condição do contrato, inexistindo, por outro lado, a menor prova de que o credor fosse responsável pela administração do edifício de lojas, e, conseqüentemente, pela seleção inadequada das atividades nelas instaladas, causa apontada da queda do nível do empreendimento e do afastamento do público, com frustração da expectativa de renda capaz de responder pela obrigação contratual. Pretensão ilegítima de aplicação da cláusula *rebus sic stantibus*, face à ausência dos pressupostos da imprevisibilidade e do injusto proveito. Apelação desprovida. AC 154.437-MG. (RTFR 165/217).

Processual Civil. Execução. Repetição de pretensão indébito. Incentivo fiscal. O processo de execução fiscal não é meio idôneo para exercício, por parte da União, de pretensão direito à repetição de incentivo fiscal, tido como indevidamente pago (art. 2º da Lei nº 6.830/80, c.c. art. 11 da Lei nº 4.320/64). Ademais, trata-se de pagamento a que fazia jus o estabelecimento industrial, conquanto não fosse contribuinte do IPI, condição não estipulada no Decreto-Lei nº 1.136/70. Apelação desprovida. AC 76.618-SP. (RTFR 140/63).

Processual Civil. Expropriação. Liminar de suspensão do seu curso, concedida em cautelar ajuizada posteriormente, como preparatória de ação ordinária anulatória do ato expropriatório. Ausência de amparo legal. No sistema processual vigente, a ação expropriatória não pode ter seu curso interrompido, muito menos diante de mera alegação de que se trata de empresa rural, ademais desmentida pelo registro cadastral não impugnado no devido tempo. Cautelar que esbarra em evidente impossibilidade jurídica. Artigo 9º do Decreto-Lei nº 554/69 e artigo 20 do Decreto-Lei nº 3.365/41. Preceitos legais cuja constitucionalidade não foi validamente posta em dúvida durante a sua longa vigência em que enfrentaram, pelo menos, três leis fundamentais. Agravo provido. Ag 54.249-MT. (RTFR 156/69).

Processual Civil. Liquidação dos honorários devidos em embargos de terceiro julgados procedentes. Sentença que optou pelo montante do débito exequendo, em vez do valor do bem penhorado, para base de cálculo da aludida verba. Coisa

julgada. Hipótese em que o débito há de ser tomado pelo seu valor atualizado à data dos embargos, sob pena de chegar-se a honorários insignificantes, propósito que não se pode razoavelmente admitir tenham sido presentes ao julgador. Apelação provida. AC 148.985-RJ. (RTFR 161/263).

Processual Civil. Mandado de segurança. Competência. O juízo competente para o processo e julgamento do mandado de segurança é o da sede da autoridade coatora. Precedentes do TFR. Conflito julgado procedente. CC 7.501-RS. (RTFR 160/227).

Processual Civil. Prescrição. Renúncia. A prescrição, uma vez consumada, constitui para o prescribente um direito adquirido de que poderá, inclusive, renunciar, tácita ou expressamente. Na renúncia não basta o elemento objetivo, devendo-se levar em conta, também, o elemento subjetivo, isto é, o conhecimento de que a cobrança da dívida estava realmente prescrita. EIAC 106.652-SP. (RTFR 144/183).

Processual Civil. Protocolização dos embargos do devedor em comarca diversa da que tramita a execução fiscal. Prazo. Dirigidos os embargos do devedor a Juízo diverso daquele em que tramita a execução fiscal, não há como considerá-los tempestivos se o erro foi notado após três meses. Agravo provido. Ag 56.498-SP. (RTFR 161/45).

Processual Civil. Repetição de indébito. FNT. Valor da causa. Na ação de repetição de indébito tributário, o valor da causa deve corresponder ao benefício patrimonial pretendido, ou seja, à soma do que se pretende repetir, acrescida de correção monetária, calculada até a data da propositura da ação. Agravo provido. Ag 51.961-RS. (RTFR 153/31).

Processual Civil. Sociedade comercial. Denominação alterada por decisão judicial. Dissolução requerida. Legitimidade processual para demandar outrem. Mera alteração, determinada por decisão judicial, na denominação da sociedade comercial, não a despoja de capacidade jurídica e processual. O mesmo ocorre relativamente ao ajuizamento de ação que tem por objeto a sua dissolução. Enquanto não concluída a sua liquidação, com a partilha dos bens sociais, não pode ser impedida de demandar, em Juízo, por seus direitos. Agravo desprovido. Ag 48.905-RJ. (RTFR 136/27).

Processual. Ação de Cobrança. Tarifa remuneratória de serviços prestados pelo “GREMOS”. Legitimidade ativa que se reconhece à CIBRAZEM, na qualidade de credora da remuneração devida pelos serviços prestados pelo mencionado órgão, integrante da estrutura da empresa. Apelação parcialmente provida. AC 148.760-RS. (RTFR 162/259).

Propriedade Industrial. Registro das marcas “Moskow” e “Moskova” para vodka. Alegado óbice consistente na notoriedade da marca soviética “Moskowskaya”, destinada a assinalar vodka russa. Objeção descabida relativamente à primeira marca, cujo registro foi indeferido. Ausência de prova da notoriedade da marca estrangeira. Ademais, à falta de prévia reivindicação de prioridade no Brasil, a interessada, ao aqui depositar sua marca, já encontrou as marcas nacionais, não podendo invocar

Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e no STJ

direitos contra estas. Inocorrência, no caso, do óbice da indicação de proveniência, que, no caso, seria falsa, dado não apenas tratar-se de produto declaradamente nacional, mas, também, por não ser a capital soviética conhecida como centro de produção da referida bebida. Desprovimento da apelação do INPI. Provimento da apelação da Fabrisio Fasano & Cia. Ltda. AC 111.222-RJ. (RTFR 152/149).

Registro de Marca. Deferimento, antes do julgamento definitivo de pedido anterior, com o mesmo objeto. Legitimidade da pretensão anulatória. Se havia anterioridade de pedido de registro para a mesma marca, ainda pendente de solução na esfera administrativa, não havia como legitimamente deferir-se registro objeto de pedido posteriormente depositado. Apelação provida. AC 108.148-RJ. (RTFR 152/145).

Registro de Marca. INPI. Processual Civil. Erro material quanto ao número do processo relativo ao registro impugnado. Circunstância que não impede o julgamento do mérito, tanto mais quando se trata de irregularidade sanada na réplica. Apelação provida. AC 119.219-RJ. (RTFR 158/125).

Registro de Marcas. Expressão “post-grama” utilizada pela ECT para denominar a transmissão de cartas. Documentos ou outras mensagens em fac simile. Compatibilidade com a marca “Postagrama” que distingue serviços de propaganda e publicidade prestados por empresa privada. Caso que não caracteriza concorrência desleal, dada a impossibilidade de desvio de clientela. Apelação desprovida. AC 123.350-DF. (RTFR 156/235).

Tributário. Contribuição Previdenciária. Decadência. A constituição do crédito previdenciário está sujeita ao prazo de decadência de cinco anos (TFR, Súmula nº 108). Apelação desprovida. AC 125.291-PR. (RTFR 151/199).

Tributário. Contribuições previdenciárias. Remuneração correspondente aos primeiros quinze dias de licença-saúde. Hipótese em que a remuneração perde a sua natureza salarial, transmudando-se em auxílio-doença, já que ausente a contrapartida em labor, não deixando espaço para incidência de contribuição. Apelação desprovida. AC 147.689-SC. (RTFR 161/191).

Tributário. Contribuições previdenciárias. Remuneração paga pelo Conselho Regional de Contabilidade a associados seus. Incidência. Embargos. Caso que configura relação de emprego, face à continuidade da remuneração, conquanto paga a título de comissões, em troca de serviços prestados, os quais, entretanto, não têm relação com a profissão de contador. Apelação desprovida. AC 113.922-RJ. (RTFR 149/181).

Tributário. Importação de materiais de reposição e conserto de embarcações ou aeronave estrangeiras, sem cobertura cambial. Dispensa da guia de importação. É dispensável a guia de importação quando fora de dúvida que se trata de peças de reposição destinadas a aeronave estrangeira, em serviço no território nacional, sendo irrelevante o valor delas. Autuação nula. Sentença que se confirma. AMS 94.858-RJ. (RTFR 135/361).



Tributário. Importação. Data do embarque da mercadoria. Se o transporte se iniciou por caminhões, prosseguindo por via marítima, prevalece, para os efeitos assinalados, a data em que teve início a primeira fase. Sentença confirmada. REO 120.336-SP. (RTFR 162/415).

Tributário. Imposto de Renda. Ação Anulatória de lançamento fiscal. Depósito preparatório. Não constitui pressuposto indispensável à constituição e desenvolvimento do processo, mas mera faculdade outorgada ao contribuinte com vista a impedir *si et in quantum* a propositura da execução. Apelação parcialmente provida. AC 107.835-RJ. (RTFR 148/151).

Tributário. Imposto de Renda. Créditos incobráveis. Glosa. De considerar-se ilegítima a glosa de créditos considerados incobráveis, diante da prova pericial que atestou inclusive, tratar-se de parcela ínfima do faturamento global da empresa, não justificando, por outro lado, pelo seu valor unitário, as costumeiras providências executórias, invariavelmente onerosas e, no caso, sabidamente infrutíferas. Apelação desprovida. AC 63.210-RJ. (RTFR 143/39).

Tributário. Imposto de Renda. Distribuição disfarçada de lucros. Omissão de receita. Lançamento reflexo. Lançamento fiscal que se reputa legítimo tão-somente na parte em que considerou distribuição disfarçada de lucro empréstimos feitos a sócios e empregado, cuja autenticidade não ficou demonstrada, e em que reputou receita omitida movimento bancário injustificadamente excluído da contabilidade. Legítima a exclusão de parcelas alusivas a gratificações pagas a empregado e a empréstimos feitos a pessoa jurídica. Legítima, também, a isenção de responsabilidade reflexa do sócio pela mencionada omissão de receita, por incomprovado o proveito pessoal deste. Compensação de honorários e divisão de despesas processuais, face à sucumbência recíproca. Apelações desprovidas. Sentença parcialmente reformada. AC 85.700-RS. (RTFR 143/65).

Tributário. Imposto de Renda. Empresas hoteleiras. Isenção prevista no Decreto-Lei nº 55/66. O prazo de isenção tributária prevista no art. 24 do mencionado diploma legal é de ser contado da data da aceitação das obras de construção ou ampliação do estabelecimento hoteleiro pela EMBRATUR, momento esse que se confunde com o da autorização de funcionamento, na ausência de qualquer outro ato que implique a aprovação das aludidas obras. Apelação desprovida. AC 66.044-SP. (RTFR 140/55).

Tributário. Imposto de Renda. Isenção. Art. 30 da Lei nº 4.506/64. Legítimo exercício da Ação Declaratória. Não estando em jogo lançamento fiscal, mas relação jurídico-tributária entre Autor e Ré, deixa de incidir a regra do art. 38 da Lei nº 6.830/80. O simples fato de encontrar-se prevista nos Estatutos do Contribuinte a remuneração de seus dirigentes não afasta o direito à isenção estabelecida no art. 30 da Lei nº 4.506/64, se é incontroverso nos autos que essa remuneração não é paga. Agravo retido e apelação desprovidos. AC 113.788-RS. (RTFR 147/145).

Tributário. Imposto de Renda. Omissão de receitas. Suprimentos de caixa. Indispensabilidade, em face da lei, da prova, ainda que indiciária, da alegada

Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e no STJ

omissão de receita. Ação fiscal que se louvou em mera presunção, baseada na existência de suprimentos de caixa desacompanhados da prova de origem dos recursos. Circunstância que, enquanto já constitua um indício, é insuficiente para demonstrar a omissão, já que nem todo suprimento, nas condições descritas, pode ser tido como fraudulento. Mister, pois, que seja corroborada por outros indícios. Caso, todavia, em que se sobrelevam indícios conducentes à conclusão oposta, a saber: carência de recursos por parte da empresa, de natureza agropecuária, em face de implantação de suas atividades; e disponibilidade de meios em poder de seu quotista principal e supridor, oriundos de outras fontes. Apelação desprovida. AC 87.154-DF. (RTFR 143/69).

Tributário. Imposto de Renda. Proventos recebidos de uma só vez, com sete anos de atraso, devidamente corrigidos. Incidência sobre a parcela alusiva à correção. Inexistindo autorização legal, não há como deduzir-se a aludida parcela do montante recebido, para efeito de cálculo do tributo. Apelação desprovida. AMS 114.287-RJ. (RTFR 147/303).

Tributário. Imposto de Renda. Sociedades cooperativas. Remuneração dos dirigentes. A isenção de que gozam as sociedades cooperativas é de natureza objetiva, parcial e condicionada, contemplando tão-somente os resultados dos atos cooperativos, entre os quais não se incluem os enumerados nos artigos 85, 86 e 88 da Lei nº 5.764/71. É, entretanto, vedado às entidades da espécie distribuir benefícios às quotas-partes do capital ou estabelecer outras vantagens ou privilégios em favor de quaisquer associados ou terceiros, inclusive conceder excesso de remuneração a dirigentes sob pena de tributação das parcelas que sobejarem. A apelação provida, para cassar a segurança. AMS 99.035-RS. (RTFR 134/271).

Tributário. Imposto de Renda. Tarifa reduzida, destinada à atividade de transporte de passageiros. Despesas glosadas. Tratando-se de empresa que goza de tarifa especial para cálculo do imposto de renda devido sobre seu lucro operacional, o imposto suplementar devido, em face de glosa de despesas indevidamente deduzidas do mencionado lucro, há de ser calculado mediante a aplicação da referida tarifa especial. Apelação desprovida. AC 103.951-CE. (RTFR 149/153).

Tributário. Imposto Territorial Rural. Alteração do valor venal do imóvel em bases excedentes dos índices oficiais de correção monetária, instituídos por meio de instrução normativa. Lançamento que não pode prevalecer, sob pena de violação do princípio da legalidade previsto no art. 97, § 1º, do CTN, devendo ser revisto, para o fim de ser ajustado aos limites máximos da variação verificada nos mencionados índices. Apelação provida. AC 108.040-PR. (RTFR 152/141).

Tributário. Imposto sobre Produtos Industrializados. Crédito por matérias-primas e produtos intermediários utilizados no processo de fabricação. Decreto nº 61.514/67. Tem direito a ele o fabricante de arame, em relação a sabão estearato de cálcio, graxa e teepol indispensáveis ao processo de trefilação e galvanização do aludido produto, e nele consumido. Agravo retido de que não se conhece, porque não pedida



sua apreciação pelo Tribunal. Precedentes do STF e do TFR. Apelação desprovida. AC 41.158-MG. (RTFR 133/65).

Tributário. Imposto sobre Produtos Industrializados. Embargos. Empresa cujo controle de capital mudou de mão, por efeito de rescisão judicial de contrato de cessão de quotas. Irrelevância do fato no que concerne às parcelas que compõem o passivo, notadamente as alusivas a tributos. Apelação desprovida. AC 137.018-SC. (RTFR 160/157).

Tributário. Imposto sobre Serviços de Transporte Rodoviário. Ação de repetição. Recolhimentos indevidamente feitos, conforme reconhecido em mandado de segurança. Prescrição não verificada. De reputar-se interrompido o prazo prescricional por meio da impugnação da exigência fiscal, exercitada por meio de mandado de segurança impetrado no quinquênio legal. Honorários advocatícios estipulados em bases razoáveis. Apelação desprovida. AC 107.426-RJ. (RTFR 151/151).

Tributário. Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural. Embargos. Imóvel que, no período tributado, já não integrava o patrimônio do executado. Caso em que a execução não poderia prosperar. Sentença confirmada. REO 148.960-MS. (RTFR 162/435).

Tributário. Mandado de Segurança. Direito líquido e certo. Decadência. Prescrição. Sociedade Anônima. Lançamento de lucro arbitrado sobre acionistas. Descabimento. Nada impede a anulação de lançamento fiscal por meio de Mandado de Segurança, se inexistente controvérsia em torno de fato pendente de comprovação. Inocorrência de decadência e prescrição, se ocorreram lançamento e ajuizamento da ação dentro dos prazos legais. Descabido, por falta de autorização legal, o lançamento sobre acionistas do lucro arbitrado em caso de sociedade anônima que teve a escrita desclassificada. AMS 92.668-SP. (RTFR 136/321).

Tributário. Mercadoria de origem estrangeira. Ausência de prova de sua regular importação. Perdimento. Irrelevância da boa-fé do adquirente, senão para postular do vendedor a devida reparação patrimonial. A mercadoria estrangeira exposta à venda, depositada ou em circulação comercial no País, sem prova de sua importação regular, configura dano ao Erário, estando sujeita à pena de perdimento (Decreto-Lei nº 1.455/76, art. 23, inciso IV, combinado com o Decreto-Lei nº 37/66, art. 105, inciso X). Apelação desprovida. AC 134.899-SP. (RTFR 161/155).

Tributário. Mútuo hipotecário. Preferência. Crédito fiscal. I - O crédito tributário, por gozar de privilégio absoluto, prefere ao crédito hipotecário, nos termos dos artigos 184 e 186 do CTN. II - Agravo desprovido. Ag 47.469-RS. (RTFR 133/39).

Tributário. ORTN com cláusula de correção cambial Retenção do Imposto de Renda na fonte. Decreto-Lei nº 2.014/83, art. 1º com redação dada pelo Decreto-Lei nº 2.065/83, art. 3º. O imposto a ser retido, na forma do dispositivo legal em tela, há de ser calculado sobre o excesso da variação da correção monetária verificada no

Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e no STJ

período compreendido entre o último balanço e a data do resgate. Interpretação que se impõe, a fim de que o mencionado texto legal se compatibilize com a regra do art. 4º, do Decreto-Lei nº 2.029/83, que prevê a apropriação anual, sob o regime de competência, para fim de cálculo do lucro real, da variação verificada nos prefalados títulos. Apelação desprovida. AMS 113.318-SP. (RTFR 147/299).

Tributário. Pedido de reconsideração. Suspensão da exigência fiscal. CTN, art. 97, IV, e Decretos nº 70.235/72 e nº 75.445/75. Ilegitimidade da supressão do pedido de reconsideração, feita pelo art. 2º do Decreto nº 75.445/75, quando já se achava exaurida a delegação legislativa contida no Decreto-Lei nº 822/69, artigo 2º, com a edição do anterior Decreto nº 70.235/72. Apelação desprovida. Sentença confirmada. AMS 109.343-SP. (RTFR 148/345).

Tributário. PIS. Enquadramento. Empresa que se dedica à construção civil e à venda de imóveis loteados. Tem direito a ser enquadrada como contribuinte do grupo dois (PIS/REPIQUE), dado encontrarem-se excluídos do conceito de mercadoria, em nosso sistema jurídico, os bens imóveis. Apelação desprovida. AC 87.267-RS. (RTFR 140/95).

Tributário. Processual civil. Anulatória de débito fiscal. Depósito. Efeito processual. O depósito prévio da quantia correspondente ao débito fiscal não constitui pressuposto processual indispensável à propositura da ação anulatória deste, tendo, do ponto de vista processual, apenas o efeito de inibir o ajuizamento da execução por parte da Fazenda. Apelação provida. AC 85.196-PR. (RTFR 163/169).

Tributário. Remessa de juros para o exterior. Empréstimo contraído por municipalidade, mediante repasse feito por instituição bancária. Tendo em vista que a norma do parágrafo único do art. 11 do Decreto-Lei nº 401/68 considera fato gerador do tributo a remessa dos juros para o exterior, e contribuinte o remetente, é de reconhecer-se a imunidade do Município responsável pela remessa, na forma do art. 19, III, *a*, da Constituição Federal. Apelação desprovida. AMS 112.919-SP. (RTFR 149/415).